



PODER

Em meio a dúvidas sobre cumprimento da meta de superavit primário, projetada no arcabouço fiscal em 0,5% do PIB, a expectativa é de que o projeto traga uma redução para algo em torno de 0,25%. O martelo será batido hoje, com a apresentação do PLDO

Governo deve afrouxar meta fiscal para 2025

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

Com dificuldade de estabilizar a dívida pública e incertezas sobre arrecadação, o governo deve afrouxar a meta fiscal para 2025. O martelo será batido hoje, com a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o próximo ano. A expectativa é de que o texto traga uma redução na meta de superavit primário, avaliando um cenário mais realista.

Na aprovação do novo regime fiscal, no ano passado, foi fixada uma meta de superavit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano. Agora, há dúvidas em relação à possibilidade de cumprimento desse patamar. Integrantes da equipe econômica têm afirmado que insistir na meta inicialmente projetada poderia jogar contra a credibilidade do governo, que vem num processo de convencimento da entrega de estabilidade fiscal.

Discussões apontam para um número entre resultado primário zero e superavit de até 0,25% do PIB, repetindo a meta estipulada para 2024. Apesar da manutenção do otimismo com a arrecadação no início do ano, após a primeira revisão bimestral do Orçamento, já entrou no radar o desafio que será manter o patamar de recolhimento em 2025, com o fim de receitas extraordinárias que estão entrando no caixa este ano e que não se repetirão em 2025, como a regularização de fundos exclusivos e de offshores (empresas de investimentos no exterior).

A equipe econômica já deu sinais de um "ciclo de ajuste". O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, preparou o terreno para uma alteração, ao afirmar na semana passada que o governo tenta fixar uma "meta factível" para as contas públicas. A jornalista, ele destacou que a meta preliminar para 2025

foi anunciada em março do ano passado e, desde então, o governo enfrentou percalços nas negociações de medidas fiscais.

Haddad, que tem feito apelos públicos ao Congresso para que avance com a aprovação de iniciativas que aumentam a arrecadação, disse estar em diálogo com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para dar prosseguimento à agenda iniciada no ano passado. "Nós temos um ciclo de decisões para serem tomadas", frisou.

Um eventual afrouxamento da meta reflete os desafios enfrentados para alcançar uma estabilização mais rápida da crescente dívida pública, com esforços para aumentar as receitas, esbarrando em iniciativas do Congresso em sentido contrário. O governo ainda encara uma queda de braço com o Legislativo, que quer manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à Previdência Social por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos.

Credibilidade

Se, por um lado, uma alteração da meta poderia resultar em um aumento de credibilidade do governo com o mercado, na visão de especialistas, visto que poderia ser um indicador de que a equipe econômica se mostraria empenhada em corrigir as distorções fiscais, por outro, essa mudança pode ser negativa para a expectativa de redução das despesas do governo, como avalia a consultora de economia da BMJ Consultores Associados, Bruna Rizzolo.

"A falta de compromisso com a redução das despesas pode atuar no sentido contrário da credibilidade, reforçando o caráter populista do governo e afastando possíveis investimentos do país", diz a especialista.



A falta de compromisso com a redução das despesas pode atuar no sentido contrário da credibilidade, reforçando o caráter populista do governo e afastando possíveis investimentos do país"

Bruna Rizzolo, consultora de economia da BMJ Consultores Associados

O ministro Fernando Haddad já considera a reatuação de empresas e municípios e a extinção do Programa de Retomada do Setor de Eventos (Perse) como objetivos inviáveis a curto prazo, o que dificultaria ainda mais o cumprimento da meta atual em 2025.

"Esperam-se que os projetos de 2024 sejam menos expressivos para aumentar a receita do que em 2023, o que tende a pressionar por ajustes pelo lado da despesa. No entanto, uma possível revisão da meta do ano que vem para baixo pode tirar a pressão do governo para redução das despesas no curto prazo", pondera Rizzolo.

Na avaliação do professor de economia do Ibmec-DF William Baghdassarian, o principal fator que pesa contra o governo na

decisão de alterar a meta seria justamente a falta de credibilidade. Diante disso, mesmo com uma boa intenção, o Executivo poderia ser avaliado negativamente pelos economistas e pelo Congresso. "Quando você não tem credibilidade, como é o caso atual, é complicado, porque esse é o pior dos mundos. Você tem que mudar a meta, mas as pessoas vão interpretar isso de uma forma sempre negativa", ressalta o professor.

Gasto extra

O governo deve ganhar uma folga de R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano após um acordo costurado pela Casa Civil com líderes no Congresso. A possibilidade de gasto extra foi aprovada pela Câmara na semana passada,

sem alarde, em um projeto de lei que tratava de outro tema, a volta do seguro obrigatório sobre veículos terrestres, o DPVAT.

Segundo o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, essa abertura de espaço para gastos por si só já deve ter um forte impacto sobre o arcabouço. "O novo regime fiscal tem dois braços na balança, uma meta de resultado fiscal e um teto de despesas. Quando você aumenta o teto de despesas como foi aprovado na Câmara, e levado agora para o Senado, obviamente isso vai impactar no resultado primário e dificultar um alcance de meta em 2025", observa.

Para Viana, o quão factível será a nova meta para 2025 depende de algumas variáveis. "Quanto menor a meta de resultado fiscal para 2025, maior a probabilidade

de seu alcance. Apesar de ter havido um forte crescimento das receitas em 2024, ainda existe uma incerteza sobre a recorrência desse ganho. E, sem dúvida, essa folga que passa pelo Congresso também será bastante negativa sob o ponto de vista das despesas", completa.

Em análise publicada pelo Itaú Unibanco, analistas apontaram que o desafio de alcançar a meta de superavit de 0,5% do PIB em 2025 é "significativo, levando a um risco de alteração já agora". "Caso o governo decida pela alteração, seria importante o anúncio de medidas compensatórias, que mantenham uma trajetória de convergência do resultado primário a níveis consistentes com a estabilização da dívida pública a médio prazo", destaca o documento.



SERGIO ABRANCHES

"OS ALGORITMOS PODEM SER REPROGRAMADOS PARA FAZER A DIFERENÇA ENTRE OPINIÃO E OFENSA CRIMINOSA. AS PLATAFORMAS NÃO O FAZEM PORQUE FATURAM COM O TRÁFEGO PRODUZIDO PELA LINGUAGEM DO ÓDIO"

O conflito digital na democracia

O impasse na regulação das redes digitais e as escaramuças de Elon Musk no campo político no Brasil são um bom exemplo das contradições criadas pela transição para a sociedade digital. Ilustra também os entraves para a boa governança nascidos da crise do presidencialismo de coalizão. As plataformas como X (Twitter), Instagram, Facebook e TikTok são entidades privadas que abrigam um espaço público de debates, troca de informação e contatos, o chamado networking no mundo profissional.

É uma contradição insolúvel. O miolo do conflito entre Musk e o Estado brasileiro nasce daí. Musk vocaliza o pesado e bilionário lobby das plataformas que conseguiu paralisar o processo de regulação das redes na Câmara dos Deputados.

Representando o espectro de interesses econômicos e políticos da extrema direita, ele usa um falso conceito de liberdade de expressão, segundo o qual tudo pode ser dito ou postado, inclusive ofensas graves, assédio moral, mentiras danosas, calúnias e difamação. Nenhum pensador liberal sério, desde Thomas Hobbes no século 17 até os contemporâneos, adotou um conceito de liberdade que abrigasse o direito de cometer crimes desta natureza.

O espaço público abrigado pelas plataformas é a semente da democracia digital, mas está dominado pela linguagem do ódio. Pior, os ataques ofensivos e difamatórios não são iniciativa de indivíduos, são ações articuladas por milícias digitais. Quem já foi vítima delas sabe que são mensagens tocas, repetidas por numerosos perfis

desimportantes e robôs, que atacam qualquer crítica ou postagem que desagrade aos articuladores das milícias. Esses, sim, são agentes políticos influentes.

Quem já denunciou ofensas, calúnias e mentiras danosas à reputação já deve ter recebido, principalmente do X, resposta que a postagem, apesar de evidentemente criminosa, não desrespeita as regras da plataforma. Significa dizer que essas regras não consideram crimes capitulados na legislação local desrespeito aos padrões da plataforma.

Só existe uma solução para este dilema, que é a regulação. E ela terá que ser dinâmica, flexível, para se adaptar às mudanças recorrentes nas plataformas que adotam novas possibilidades de postagem. Deveria ser ponto pacífico que as

plataformas precisam ser reguladas. Em toda a Europa democrática, isso está pacificado. Nos Estados Unidos, também, embora a extrema direita defenda que a Primeira Emenda da Constituição do país permite tudo.

No Brasil, especialmente na Câmara dos Deputados, tornou-se matéria de conflito mesquinho que envolve pelo menos três eixos. O primeiro, reação ao que chamam "ativismo judiciário" por causa de decisões do Supremo Tribunal Federal que caberiam ao Legislativo. Mas boa parte dessas decisões é causada pelo silêncio legislativo, pela omissão do referido poder na sua função de legislar.

O segundo eixo é descontentamento com o governo Lula, a liberação de emendas e a permanência de determinados ministros em posições que o Centrão gostaria de

controlar, seja porque têm verbas e cargos de seu interesse, seja porque têm poder e influência que afetam seus interesses.

O terceiro eixo, maior causador de obstáculos na regulação das plataformas digitais e da inteligência artificial, é a extrema direita, que usa como método de ação política a mentira, a ofensa e a desqualificação dos que trata como inimigos.

O presidencialismo de coalizão, que garante a governabilidade no Brasil, está em crise. Na composição do Congresso atual, particularmente na Câmara, não existem coalizões viáveis de governo e há muitas coalizões de veto possíveis. Vivemos crises e impasses sucessivos que afetarão negativamente o interesse coletivo, como nesse caso da regulação das redes.

Criar um ambiente regulatório

que estimule o crescimento do espaço público pluralista e inclusivo da democracia digital nas plataformas privadas é de interesse coletivo. Transcende as disputas de território político entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Deveria ser objeto da mais ampla cooperação entre os Poderes. As plataformas privadas têm que se adequar às leis locais e aos princípios universais de convivência democrática e tolerância, não com o crime mas, sim, com a diversidade de opiniões.

Os algoritmos podem ser reprogramados para fazer a diferença entre opinião e ofensa criminosa. As plataformas não o fazem porque faturam com o tráfego produzido pela linguagem do ódio. Se o fizessem, a regulação legal poderia ser mais genérica e deixaria o específico para a autorregulação.